

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO: REFLEXÕES
ESTRATÉGICAS A PARTIR DE UM PARALELO ENTRE A
EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DA RÚSSIA E DO BRASIL**

**THE AGRARIAN QUESTION IN CAPITALISM: STRATEGIC
REFLECTIONS FROM A PARALLEL BETWEEN A HISTORICAL
EXPERIENCE OF RUSSIA AND BRAZIL**

**LA CUESTIÓN AGRARIA EN EL CAPITALISMO: REFLEXIONES
ESTRATÉGICAS A PARTIR DE UN PARALELO ENTRE LA
EXPERIENCIA HISTORICA DE RUSIA Y BRASIL**

Ronilson Barboza de Sousa¹
wronibs@yahoo.com.br

Lucas Gama Lima²
lucas.lima@delmiro.ufal.br

RESUMO: O presente artigo tem como propósito refletir sobre o desenrolar da questão agrária no capitalismo russo e brasileiro, tecendo uma análise a partir da experiência histórica do processo revolucionário que desemboca em 1917, na Rússia, e das formulações estratégicas do PCB e do PT, veiculadas na segunda metade do século XX, no Brasil. Parte-se do pressuposto de que o modo de produção capitalista se espacializou de maneira diferenciada nos países, enquanto formação territorial, e a não observância dessa premissa ensejou elaborações programáticas, no âmbito da esquerda brasileira, privadas do exercício analítico que articulasse a particularidade e a totalidade, como dimensões fundamentais para a interpretação da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Formação territorial. Questão agrária. Revolução

ABSTRACT: The purpose of this article is to reflect the development of the agrarian issue in Russian and Brazilian capitalism, making an analysis based on the historical experience of the revolutionary process that comes out in Russia in 1917 and on the strategic formulations of the Brazilian Communist Party (PCB) and Workers Party (PT), served in the second half of the twentieth century in Brazil. It is based on the assumption that the capitalist mode of production specialized it self in a differentiated way in the countries, as a territorial formation, and the non-observance of this premise led to programmatic elaborations within the Brazilian left-wing movement, deprived from analytical exercise that would articulate the particularity and totality, as fundamental dimensions for the interpretation of reality.

KEYWORDS: Territorial formation. Agrarian issue. Revolution

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el desarrollo de la cuestión agraria en el capitalismo ruso y brasileño, haciendo un análisis a partir de la experiencia histórica del proceso revolucionario que desemboca en 1917, en Rusia, y de las formulaciones estratégicas del PCB e del PT, aportadas en la segunda mitad del siglo XX, en Brasil. Se parte del supuesto de que el modo de producción capitalista se espacializó de manera diferente en los países, mientras formación territorial, y la inobservancia de esa premisa planteó elaboraciones programáticas, en el

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

² Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Coordenador do Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (OBELUTTE), vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/CNPq).

ámbito de la izquierda brasileña, privadas del ejercicio analítico que articulara la particularidad y la totalidad, como dimensiones fundamentales para la interpretación de la realidad.

PALABRAS CLAVE: Formación territorial. Cuestión agrária. Revolución

INTRODUÇÃO

A geografia tem como preocupação central a dimensão espacial da realidade. O espaço é uma produção humana, é produzido pelas relações sociais, a partir da transformação da natureza. Essas relações se realizam no espaço e no tempo. As relações sociais se realizam como relações espaciais. As transformações da sociedade resultam em transformações espaciais (CARLOS, 2011). Nessa perspectiva, a geografia tem a preocupação de compreender a relação sociedade-espaço, como a vida social se expressa em sua dimensão espacial. Dessa forma, é importante ressaltar que, é, também, nesse sentido, que se compreende a questão agrária: como expressão de uma relação sociedade-espaço, como a sociedade se apropria da terra, seu controle e o da produção, de modo geral, e como isso foi e é colocado em questão no movimento real de classes sociais.

As relações de uma sociedade específica num espaço localizado variam de acordo com o uso, com a apropriação de um determinado espaço. Isso qualifica uma determinada porção da terra como território. Essas relações se expressam por meio do território. A utilização desse conceito acontece pelo uso social. É a apropriação do espaço que o torna território. Assim, precisa ser estudado analisando o grupo social que o ocupa e explora (MORAES, 2005a).

Nesse sentido, toda formação social é também territorial, uma vez que necessariamente se espacializa. Espacializar, por sua vez, significa particularizar. Desse modo, a formação territorial é pensada na escala das particularidades nacionais. Nessa perspectiva, colocar o território como formação territorial sugere uma noção de território em movimento, compreendendo a relação entre o processo histórico, sua dinâmica e configuração (MORAES, 2005b). O território é concebido como um espaço de apropriação social e de estabelecimento de relações de poder, cuja história moderna está associada ao desenvolvimento do capitalismo e à constituição de uma ordem internacional organizada em torno dos Estados nacionais (LOPES, 2010).

A geografia, nessa perspectiva, buscaria entender a lógica que presidiu a sua construção, a construção dos arranjos territoriais e, dentro deles, portanto, a questão agrária. Entendendo, também, a estruturação do espaço produzido com que se defronta a sociedade atualmente. A realidade da questão agrária no momento atual.

Nesse sentido, destacamos que o objetivo do artigo é refletir sobre o desenrolar da questão agrária no capitalismo russo e brasileiro, tecendo uma análise a partir da experiência histórica do processo revolucionário que desemboca em 1917, na Rússia, e das formulações estratégicas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido dos Trabalhadores (PT), veiculadas na segunda metade do século XX, no Brasil.

A análise do estágio do capitalismo (mundial) – da formação territorial e sua inserção na economia mundial – nos leva à definição do caráter da revolução, do caminho a ser percorrido e das tarefas a serem realizadas no processo revolucionário, ou seja, da estratégia e das mediações táticas a serem adotadas.

Esses conceitos, de estratégia e tática, são de origem militar. Pode-se compreendê-los da seguinte forma: “a tática enquanto teoria relativa à utilização das forças armadas na ação bélica; enquanto atividade que consiste em ordenar e dirigir os diferentes choques que ocorrem no curso de uma guerra”. (CLAUSEWITZ, *apud*, GEBRIM, 2012, p. 8). “E a estratégia, enquanto a atividade que consiste em coordenar entre si os diferentes choques bélicos, em função da guerra” (CLAUSEWITZ, *apud*, GEBRIM, 2012, p. 8). Ou seja, a tática como a arte de vencer as batalhas e a estratégia como a arte de coordenar as batalhas em função da guerra. Há uma articulação entre estratégia e tática.

Iasi (2014) explica que:

uma estratégia não pode ser compreendida como resultante da mera intencionalidade dos sujeitos políticos, ela é produto de todo um conjunto de fatores entre os quais o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o grau de amadurecimento da contradição que daí deriva em relação às relações sociais de produção existentes, a dinâmica da luta de classes, o caráter do Estado e, naquilo que nos interessa diretamente, da expressão destas contradições na consciência social de uma época, no quadro cultural e teórico existente (IASI, 2014, p. 6).

Nas formulações dessas organizações, que hegemonizaram a classe trabalhadora em diferentes momentos, o PCB – com a estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa, principalmente entre os anos de 1940 e 1960 – e o PT – com a estratégia democrático-popular – a questão agrária foi tratada como algo em atraso, um entrave, um obstáculo para a acumulação do capital no país e para a transição socialista. Ou seja, a questão agrária foi um dos argumentos para que não se apontasse uma estratégia de caráter socialista.

Assim, a presente investigação está pautada na análise das teses hegemônicas do programa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nas décadas de 1940 e 1960, e do

programa do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir do decênio de 1980, objetivando trazer à luz suas contradições acerca da formação territorial brasileira.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, são tecidas considerações sobre a formação territorial capitalista de Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Rússia, dando ênfase à russa, objeto central da presente investigação. Deseja-se evidenciar o contexto econômico-social diferenciado em que se expandiu o capitalismo nas referidas nações e o papel estratégico da questão agrária. Para o cumprimento de tal propósito serão perquiridas as formulações aventadas por Lenin (1894; 1982; 2017) e Trotsky (2007; 2017), no contexto do processo revolucionário russo. Na segunda parte, analisa-se a irresolutividade da questão agrária no Brasil e seu desdobramento na conformação de um pacto classista, que assegurou a aliança entre o latifúndio e a produção urbano-industrial como sedimento indissociável da formação territorial brasileira. Para a consecução dessa empreitada dialogaremos, centralmente, com autores como Martins (1994), Mazzeo (1995), Paulino; Aparecida (2010), Oliveira (2011), dentre outros. Na terceira parte, a evocação do PCB por uma aliança com a burguesia nacional contra o latifúndio e o imperialismo, bem como, a exortação à realização de tarefas de cunho democrático, no bojo da sociedade capitalista, veiculada pelo PT, serão objeto de cuidadosa reflexão, articulando-as com as discussões precedentes acerca da formação territorial.

As linhas que seguem estão mediadas pelo materialismo histórico-dialético, compreendido como o método que propicia as ferramentas para o exercício analítico das contradições e do movimento processual do fenômeno. Não haveria instrumento teórico-metodológico mais adequado para o que se aspira na corrente investigação, uma vez que o paralelo estabelecido entre duas formações territoriais exige a mediação dialética entre o particular e o universal. Espera-se, enfim, oferecer mais uma contribuição, no âmbito da ciência geográfica, de atualização teórica e epistemológica sobre o tema.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM ALGUMAS FORMAÇÕES TERRITORIAIS

A expansão de relações capitalistas de produção no Brasil não provocou embate entre classes sociais forte o suficiente para promover alterações na estrutura fundiária e, pôr um fim, na concentração de terras, como ocorreu na Inglaterra, nos EUA - onde gerou conflitos no seio da classe dominante, sobretudo entre proprietários fundiários e a burguesia industrial – e na Rússia, onde gerou conflito entre as classes subalternas e as

classes dominantes. Nesse sentido, ocorreu, no Brasil, algo semelhante ao que aconteceu na Alemanha, onde a antiga classe dominante transitou para o novo regime (no caso da Alemanha, do feudalismo para o capitalismo; no caso do Brasil, da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial), e a grande propriedade fundiária foi preservada.

É importante registrar, de acordo com Moraes (2011), que os processos e resultados vivenciados nas zonas centrais, originárias das relações capitalistas não necessariamente se reproduziram (ou se reproduziriam) em todas as partes da economia-mundo criada por esse modo de produção.

Moraes (2011) recorda que Lenin havia identificado dois caminhos de instalação das relações capitalistas: um baseado na pequena propriedade fundiária e no trabalho familiar; e outro de latifúndios assentados em relações de trabalho servis.

Na análise de Moraes (2011), são destacadas algumas vias de desenvolvimento do capitalismo, tais como: a via clássica e a via prussiana, na Europa; e a via americana, a via das plantações (ou plantations), a via das fazendas, no continente americano.

Segundo o autor, o caso inglês pode ser visto como referência de uma via clássica, caracterizada por: destruição da ordem feudal precedente, cercamento e divisão das terras, ruptura dos laços de servidão, diferenciação interna do campesinato, expulsão dos trabalhadores do campo para a cidade, urbanização significativa, incremento da protoindustrialização, constituição de uma classe mercantil nacionalmente articulada e, notadamente, como culminância de tais processos, concorrência de uma revolução política, afastando a antiga aristocracia do comando do aparelho de Estado. Porém, tal encadeamento de processos não pode ser generalizado, como se fossem essas as características da gênese de todas as formações territoriais capitalistas.

Marx (2005) explica que, na Inglaterra, isso aconteceu porque enquanto os proprietários fundiários, na obsessão pelo monopólio da propriedade fundiária, e, portanto, pela garantia e expansão dos ganhos com a cobrança de renda da terra, se organizaram para impedir a importação de cereais por meio das leis dos cereais; os capitalistas, buscando aumentar os seus lucros a partir da diminuição do custo de reprodução da força de trabalho, gerada pela queda do preço dos alimentos, organizaram-se para suprimir todas as restrições à importação de cereais. O resultado desse conflito foi o triunfo da burguesia industrial sobre os proprietários fundiários.

Também na Europa ocorre uma situação diferente da via clássica, naquelas áreas que constituem a primeira periferia de avanço das relações capitalistas, e que conformam a

chamada via prussiana (ou *junker*) de desenvolvimento desse modo de produção. Essa via, tendo o reino germânico como paradigmático, manifestou-se em várias partes do continente, sendo característica dos processos vivenciados pelas regiões centrais e orientais da Europa (Oliveira, 2007). Sua particularidade assentava-se na ocorrência de uma “modernização das instituições do feudalismo” (mais do que sua destruição) expressa em elementos como: o não parcelamento da terra senhorial, a emergência da “segunda servidão” e o controle da nobreza sobre os aparatos estatais. Enfim, esse caminho sedimentou a manutenção e mesmo a reedição de vários traços da velha ordem feudal, agora subordinados à lógica do capitalismo. A via prussiana submeteu áreas que compunham parte essencial da economia-mundo em gestação, cumprindo funções vitais para seu funcionamento como, por exemplo, a produção em grande escala de cereais exportados pelo mar Báltico.

São três as vias de desenvolvimento nos estabelecimentos coloniais europeus situados no continente americano: 1) Via americana (ou *farm*), agruparia aqueles arranjos sociais baseados em propriedades pequenas e médias tocadas com diminuta força de trabalho (familiar, no geral), onde a malha fundiária era entrecortada por razoável urbanização, com os núcleos urbanos, constituindo fóruns de representação política dos proprietários, o que acabou por gerar uma estrutura política de forte identidade comunitária. Este é o sistema arquetipo da região colonial da Nova Inglaterra e de parte do oeste norte-americano. 2) Nas áreas intertropicais, desenvolveu-se o escravismo colonial, que caracterizava a via das plantações (ou das *plantations*), organizando zonas de povoamento agrário abastecidas pelo tráfico de escravos africanos ou, notadamente, na produção monocultora de gêneros tropicais para o mercado capitalista. O Brasil e a porção meridional dos Estados Unidos constituem o universo espacial de manifestação dessa via. 3) A via das fazendas (ou das *haciendas*) teve a servidão indígena como relação de trabalho básica no estabelecimento de sistemas de produção bastante mercantilizados. É o caso do México.

Antes de passarmos para a análise, mais detidamente, do processo russo e brasileiro, vale a pena destacar que, nos Estados Unidos, de acordo com Mazzeo (1995), essas diferentes formas de ocupação territorial, destacadas anteriormente, influenciou num conflito de classes, que resultou na adoção de uma política de distribuição de terras. Na ocupação territorial marcada pela inexistência de uma estrutura latifundiária, desenvolveu-se uma economia independente da produção colonial, com pequenas manufaturas e com atividades comerciais que determinaram o surgimento de uma burguesia integrada ao

processo histórico mundial da época (o período das revoluções burguesas, que vai do século XVIII até a primeira metade do século XIX, por volta de 1848). Essa burguesia assumirá uma postura revolucionária e será responsável pela condução política do processo de independência em relação à Inglaterra, em 1776, e, a posteriori, na luta contra a estrutura escravista do sul, na famosa Guerra Civil de 1861-1865, na qual destroçou o latifúndio que estrangulava o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. A burguesia americana rompeu, pela “via revolucionário-burguesa”, com a estrutura colonial e transitou para o capitalismo industrial pleno.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO PROCESSO RUSSO

No caso da Rússia, Trotsky (2007) ressaltava que ela encontrava-se encravada entre a Europa e a Ásia, não só geograficamente, mas também de um ponto de vista social e histórico. Sob a pressão econômica e militar da Europa, o Estado russo absorvia uma parte proporcional muito maior da riqueza nacional que os Estados ocidentais. O capitalismo avançava sobre o país, mas se adaptando às instituições do feudalismo, que ainda era o modo de produção predominante, com um regime político que vigorava em uma monarquia absolutista, sustentada, principalmente, pela nobreza rural, que, por sua vez, já se articulava com a burguesia e com o capital financeiro internacional.

No início do século XX, tratava-se de um país predominantemente agrário, cujas principais características eram a existência de uma população de cerca de 150 milhões de habitantes, de várias nacionalidades, onde mais de 80% encontravam-se no campo. Um proletariado de cerca de 10 milhões de pessoas, sendo que 4/5 deles se concentravam na agricultura (TROTSKY, 2007). A parte urbana-industrial era bastante concentrada, sobretudo, em Petrogrado e Moscou, mas também em Odessa e Kiev.

Enquanto que até o momento do estalar da revolução, a agricultura se mantinha, com pequenas exceções, quase que ao mesmo nível do século 17, a indústria, no que se refere à sua técnica e estrutura capitalista, estava ao nível dos países mais avançados e, em alguns aspectos, os ultrapassava. No ano de 1914, as pequenas indústrias com menos de cem operários representavam nos Estados Unidos 35% do efetivo total de operários industriais, ao passo que na Rússia esta percentagem era só de 17,8%. As indústrias médias e grandes, com um total de cem a mil operários, representavam um peso específico aproximadamente igual; os centros fabris gigantescos que davam emprego a mais de mil operários cada um e que nos Estados Unidos somavam 17,8% do efetivo total da população operária, na Rússia representavam 41,4%. Nas regiões industriais mais importantes, esta porcentagem era ainda mais elevada: na

zona de Petrogrado era de 44,4%; na de Moscou, de 57,3%. Chegamos resultados idênticos comparando a indústria russa com a inglesa ou a alemã. Este fato, que fomos os primeiros a registrar no ano de 1908, dificilmente se insere na representação vulgar que se tem do atraso econômico da Rússia. E, sem dúvida, não exclui este atraso, mas o complementa dialeticamente (TROTSKY, 2007, p. 25).

Era um país agrário, com desenvolvimento industrial concentrado, uma enorme classe operária, mas muito pequena em comparação com o total da população, reunida em grandes fábricas, que, em geral, pertenciam a capitalistas estrangeiros. Trotsky (2007) aponta que a indústria pesada (metal, carvão, petróleo), assim como, a indústria leve, estava quase totalmente sob o controle do capital financeiro internacional, que havia criado um sistema auxiliar e intermediário de bancos na Rússia. O capital financeiro internacional possuía, em termos gerais, cerca de 40% do capital em ações investidas na Rússia, alcançando uma proporção maior nos ramos principais da economia. O centro de controle das ações que eram emitidas pelos bancos, empresas e fábricas da Rússia estava em mãos de estrangeiros, principalmente dos capitais da Inglaterra, França e Bélgica e, em menor escala, da Alemanha. “A concentração extrema da indústria demonstra por si mesmo que entre as altas esferas capitalistas e as massas do povo não havia espaço para uma hierarquia de camadas intermediárias” (TROTSKY, 2007, p. 25).

De acordo com o revolucionário russo, a estrutura de classe do país apresentava um caráter contraditório. O capital financeiro da Europa industrializava a economia russa num ritmo acelerado. A burguesia industrial logo adquiriu o caráter do grande capital monopolista, de inimiga do povo. Além disso, os acionistas estrangeiros viviam fora do país, enquanto, por outro lado, os operários eram autenticamente russos. A burguesia russa ainda era numericamente débil e não possuía nenhuma raiz nacional, defrontando-se, desta forma, com um proletariado relativamente forte e com profundas raízes no povo. O proletariado russo, jovem, resoluto, constituía, apenas, uma pequena minoria da nação. As reservas de sua potência revolucionária encontravam-se fora de seu próprio seio: no campesinato, que vivia numa semisservidão e nas nacionalidades oprimidas (TROTSKY, 2017).

Nesse sentido, Trotsky (2017) considera que a questão agrária formava a base da revolução. A comunidade agrária compunha-se de 140 milhões de deciatinas (que é uma medida agrária antiga na Rússia, equivalente a 1,0925 hectare), ou seja, pouco mais de 150 milhões de hectares. Para 30 mil grandes latifundiários, possuidores em média de 2.185

hectares, correspondia um total de 76,475 milhões de hectares, cerca de 10 milhões de famílias camponesas, ou seja, 50 milhões de seres.

Trotsky (2017) analisa que, para o triunfo da revolução de outubro (ou novembro pelo atual calendário) de 1917, houve uma série de premissas históricas, a saber:

- 1) A podridão das velhas classes dominantes, da nobreza, da monarquia, da burocracia;
- 2) A debilidade política da burguesia, que não tinha nenhuma raiz nas massas populares;
- 3) O caráter revolucionário da questão agrária;
- 4) O caráter revolucionário do problema das nacionalidades oprimidas;
- 5) O peso social do proletariado.

A essas questões estruturais, somam-se questões conjunturais, tais como:

6) A experiência da revolução de 1905 ou, segundo Lênin (*apud* TROTSKY, 2017), "o ensaio geral" da revolução de 1917 e, com ela, os soviets, como forma de organização insubstituível de frente única proletária;

7) A guerra imperialista, que aguçou todas as contradições, arrancou as massas do seu estado de imobilidade, preparando-as para o caráter grandioso da catástrofe;

Além, é claro, da condição que foi fundamental para assegurar a vitória do proletariado: 8) o Partido Bolchevique.

A questão agrária formava a base da revolução. A antiga servidão, que mantinha a autocracia, resultava duplamente insuportável nas condições da nova exploração capitalista.

No outono de 1917, quase todo o país era um vasto campo de levantes camponeses. De 621 distritos da velha Rússia, 482, isto é, 77% estavam conflagrados pelo movimento. A luz do incêndio iluminava a sublevação nas cidades. Porém - podeis objetar - a guerra camponesa contra os latifundiários é um dos elementos clássicos da revolução burguesa, e não da revolução proletária. Eu respondo: completamente justo. Assim aconteceu no passado. Mas, agora, a impotência do capitalismo para viver num país atrasado revela-se no fato de que a sublevação camponesa não empurrou para a frente a burguesia, na Rússia, senão, pelo contrário, colocou-a no campo da reação. Ao Campesinato, para não fracassar, não lhe restava outro caminho senão a aliança com o proletariado industrial. Esta ligação revolucionária com as classes oprimidas, Lênin previu, genialmente, e preparou, há muito tempo. Se a burguesia pudesse resolver, francamente, a questão agrária, com toda a segurança, o proletariado não poderia conquistar o poder em 1917. Chegando demasiadamente tarde. Mergulhada precocemente na decrepitude, a burguesia russa, egoísta e covarde, não teve a ousadia de levantar a mão contra a propriedade feudal. E, assim, deixou o poder ao proletariado e, ao mesmo tempo, o direito de dispor da sorte da sociedade burguesa. Para que o Estado Soviético fosse realidade era, sobretudo, necessária a

ação combinada destes fatores de natureza histórica distinta: a guerra camponesa, isto é, um movimento que é característico da aurora do movimento burguês, e a sublevação proletária, que anuncia o crepúsculo do capitalismo. Aí reside o caráter combinado da revolução russa. Bastava que o urso camponês se levantasse sobre as patas traseiras para mostrar o terrível de sua fúria. Mas urso camponês carecia de capacidade para dar à sua revolta uma expressão consciente: tem sempre a necessidade de um guia. Pela primeira vez na história do movimento social o campesinato sublevado encontrou um dirigente leal: o proletariado. Quatro milhões de operários da indústria e dos transportes lideraram cem milhões de camponeses. Tal foi a relação natural e inevitável entre o proletariado e a classe camponesa na revolução (TROTSKY, 2017, n.p).

Desde 1905, Trotsky (2017) já avaliava o processo revolucionário na Rússia, da seguinte maneira: em relação com as suas tarefas imediatas, a revolução é burguesa. Contudo, a burguesia russa é contrarrevolucionária. Por conseguinte, a vitória da revolução só é possível com a vitória do proletariado. O proletariado vitorioso não se deterá no programa da democracia burguesa e passará imediatamente ao programa do socialismo. A revolução russa será a primeira etapa da revolução socialista mundial.

Antes da revolução de outubro de 1917 (e mesmo antes da revolução de 1905), em sua obra: “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, ao analisar o processo de formação do mercado interno para o capitalismo neste país, Lenin (1982), que conhecia os processos anteriores, avaliava que o desenvolvimento do capitalismo era progressista, em relação ao antigo regime feudal, por motivos que poderiam ser sintetizados em dois aspectos: “aumento das forças produtivas do trabalho social e socialização deste” (LENIN, 1982, p. 373). Todavia, é importante ressaltar que, para o dirigente revolucionário, o caráter progressista da expansão do capitalismo era compatível com as suas contradições e os seus aspectos negativos, pois ocorreu em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro, etc.

Lenin (1982) explicava que:

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social só se manifesta com plena relevância na época da grande indústria mecanizada. Antes dessa fase superior do capitalismo, a produção se funda no trabalho manual e numa técnica primitiva, cujos progressos são espontâneos e extremamente lentos (Ibid, p. 373).

No que se refere à socialização do trabalho pelo capitalismo³, destacam-se alguns processos, nos quais esse aspecto se manifesta: reúne os pequenos mercados locais num grande mercado nacional (depois mundial). A produção para si se converte em produção para toda a sociedade; elimina as formas de dependência pessoal, que são parte inalienável dos antigos sistemas econômicos; cria necessariamente a mobilidade da população, que era desnecessária aos sistemas de economia social anteriores; o capitalismo provoca uma redução constante da parte da população ocupada na agricultura e um crescimento do número de grandes centros industriais; o capitalismo destrói as limitadas uniões corporativas locais da sociedade medieval, instaurando uma concorrência impiedosa, fraturando o conjunto da sociedade em grandes grupos, que ocupam diferentes posições na produção, impulsionando vigorosamente a constituição de associações no interior de cada um desses grupos.

Para Lenin (1982), a revolução expunha uma dualidade do campesinato, do ponto de vista da sua situação e do ponto de vista do seu papel: de um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corveia e os resíduos da servidão, diante da pauperização e da ruína dos camponeses pobres, explicam as raízes do movimento revolucionário camponês. De outro, a contraditória estrutura interna dessa classe, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias.

Sobre essa base econômica, Lenin (1982) compreendia que o caráter da revolução na Rússia era inevitavelmente uma revolução burguesa, e duas eram as vias fundamentais possíveis para o desenvolvimento do capitalismo e seu desfecho. Ou a antiga propriedade fundiária privada, na qual predomina a servidão, se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo junker, nesse caso, a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais. Ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida todos os vestígios de servidão. No primeiro caso, conserva-se a grande propriedade fundiária e as bases da antiga

³ Ainda sobre esse aspecto, é importante destacar que Lenin (2005) colocava a necessidade de socialização do trabalho também no campo. Mesmo após a revolução, falando sobre a necessidade de superação das classes, Lenin (2005) analisa que subsistia ainda a divisão em operários e camponeses. Se um camponês instalado numa parcela de terra, apropriar-se do trigo excedente, isto é, do trigo que não precisa, nem ele nem o seu gado, enquanto os demais carecem de pão, converte-se num explorador. Quanto mais trigo retém, mais ganha, e não lhe importa que os outros passem fome: 'Quanto mais fome tiverem, mais caro venderei o meu trigo'. É preciso que todos trabalhem de acordo com um plano comum numa terra comum, em fábricas comuns e de acordo com regras comuns.

superestrutura. No segundo caso, a grande propriedade fundiária e todos os principais pilares da antiga superestrutura são destruídos.

Na primeira via, o papel dirigente cabe ao burguês e ao latifúndio, com o apoio dos camponeses ricos, e o restante da massa camponesa verá deteriorada a sua situação, expropriada e explorada em enorme escala. Na segunda via, o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa, neutralizando a burguesia vacilante ou contrarrevolucionária; assegurando “o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista com a situação das massas operárias e camponesas sendo a melhor possível no limite do regime de produção mercantil” (LENIN, 1982, p. 11). E tudo isso cria as condições favoráveis para que a classe operária possa realizar a transformação socialista. Lenin e os Bolcheviques optaram por essa segunda via.

Todavia, é importante ressaltar que Lenin muda de posição, em abril de 1917 (a partir dos escritos conhecidos como as “Teses de Abril”), logo após a derrubada do czar e a formação do governo provisório capitalista. Lenin vai desenvolver melhor as ideias expressas nas “Teses de Abril”, em outros textos (desse mesmo mês e ano), principalmente, em “Sobre a Dualidade de Poderes” e “As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução (Projeto de Plataforma do Partido Proletário)”. Nesse último ele defende que:

O poder de Estado passou, na Rússia, para as mãos de uma nova classe, a saber: da burguesia e dos latifundiários aburguesados. Nesta medida a revolução democrático-burguesa na Rússia está terminada. (Lenin, 2017, n.p.).

No texto “Sobre a Dualidade de Poderes”, Lenin (2017, n.p.) defende:

Uma particularidade extremamente notável da nossa revolução consiste em que ela gerou uma dualidade de poderes. É preciso, antes de mais nada, compreender este fato; sem isso será impossível ir adiante. É necessário saber completar e corrigir as velhas fórmulas, por exemplo, as do bolchevismo, porque, como se demonstrou, foram acertadas em geral, mas a sua realização concreta revelou-se diferente. Ninguém antes pensava nem podia pensar na dualidade de poderes.

Para Lenin (2017) a dualidade de poderes não exprime senão um momento de transição no desenvolvimento da revolução, quando ela já foi além dos limites da revolução democrático-burguesa comum, mas não chegou, ainda, a uma ditadura pura do proletariado e do campesinato. Nos textos desse período, abril de 1917, Lenin defende ruptura completa com todos os interesses do capital, principalmente como a única via para acabar com a guerra imperialista. Porém, Lenin defende a não introdução imediata do socialismo,

preconizando somente a transferência da produção social ao controle dos soviets, a formação de um Estado Comuna, a fundação da III Internacional, dentre outras medidas.

A QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA

No caso brasileiro, não houve embate nem no seio da classe dominante, nem entre elas e as classes subalternas capaz de forçar a distribuição de terras. Nesse sentido, o processo foi mais próximo ao caso alemão, no sentido da permanência das antigas classes dominantes e da grande propriedade fundiária.

A compreensão da questão agrária como tarefa democrática, no processo de revolução burguesa clássica e mesmo no processo da revolução russa, caracterizava-se por se chocar com classes da ordem feudal; onde não contava com o peso da contradição capital-trabalho, portanto, não contava, também, com o peso do proletariado e, dessa forma, não se colocava diretamente a questão do socialismo.

No caso do Brasil, não houve feudalismo. O Brasil se inseriu na expansão, em escala internacional, do comércio no século XVI, na transição do feudalismo para o capitalismo, da sociedade feudal em decomposição ao processo de expansão mercantil e acumulação primitiva de capitais (PRADO JÚNIOR, 1998). Nesse período, da colonização, a relação de produção dominante articulava a concentração da terra com a monocultura e o trabalho escravo, tinha como destino o comércio europeu. Aquela era uma relação de produção escravista já hegemônica pelo capital. O escravo era uma mercadoria, e o Brasil se inseria no sistema capitalista via produção/circulação de mercadorias.

Segundo Paulino e Almeida (2010), no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio, justamente, como estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industriais, burgueses, enfim.

Mazzeo (1995) explica que a burguesia brasileira não rompeu revolucionariamente com a ordem que se consubstancia na manutenção do latifúndio escravista e configura a economia agroexportadora e de importação de bens industrializados. A burguesia agrária foi, gradativamente, transformando-se em burguesia industrial. A acumulação de capitais pelo campo decorreu do impulso da produção cafeeira do século XIX, ainda que a industrialização resultante dessa acumulação tivesse características secundárias em relação

às atividades agroexportadoras. O objetivo, de início, estava voltado a viabilizar, cada vez mais, a produção de café (MAZZEO, 1995).

No entanto, no segundo decênio do século XX, profundas alterações foram verificadas na economia, repercutindo intensamente no processo de industrialização do país. A chamada Revolução de 1930 (que, segundo o autor, não passou de um golpe de Estado, liderado por uma fração modernizadora da burguesia, representada por Getúlio Vargas) foi um marco nesse processo de industrialização do país. Todavia, de acordo com Martins (1994), o governo Vargas não enfrentou os proprietários de terra e seus aliados. Na verdade, nesse governo se estabeleceram as bases para um pacto político, no qual os proprietários de terra não dirigiam o governo, mas não eram contrariados por ele.

Para Francisco de Oliveira (2011), a Revolução de 1930 marcou o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, ainda que a participação da indústria na economia só supere a da agricultura apenas em 1956.

Oliveira (2011) resgata a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e considera que a expansão do capitalismo no Brasil acontece introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo.

Francisco de Oliveira (2011) destaca que um conjunto de medidas foram adotadas para garantir um novo modo de acumular, principalmente, com a intervenção do Estado, destruindo as regras da economia agrário-exportadora, confiscando lucros parciais (a exemplo do café); aumentando o custo relativo dos empréstimos à agricultura, enquanto buscava diminuir os da indústria; rebaixando o custo de capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos para a indústria; regulando o preço da força de trabalho e formando um exército industrial de reserva; mas, principalmente, na expansão de créditos a taxas de juros negativas, investindo na produção (como exemplo: Volta Redonda e Petrobras). “O Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema” (OLIVEIRA, 2011, p. 41).

Nessa circunstância, a agricultura ganha um novo papel, mantém-se ativa, mas sem o estímulo como setor e unidade central do sistema. De um lado, fornece um contingente de força de trabalho, que forma o exército industrial de reserva. De outro lado, fornece alimentos e matéria-prima, não obstaculizando o processo de acumulação urbano-industrial. Ainda são introduzidas “novas relações de produção no campo, que tornam viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de proletariado

rural” (OLIVEIRA, 2011, p. 47-48). Eis alguns elementos que ajudam a tornar compreensível como, no Brasil, a burguesia conseguiu aumentar os seus lucros, a partir da redução do custo de reprodução da força de trabalho: formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; um proletariado sem garantia de direitos e produção de subsistência fornecendo, principalmente, alimentos.

No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse os problemas de distribuição da propriedade – que pareciam críticos no fim dos anos de 1950 – ao mesmo tempo que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletariado: tanto a legislação do trabalho praticamente não existia no campo como a previdência social não passa de uma utopia; isto é, do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural (Ibid, 2011, 45).

Francisco de Oliveira (2011) avalia que essa é a natureza da conciliação entre o crescimento industrial e agrícola, pois não só aconteceu o tratamento de controle da economia agrário-exportadora, com os confiscos parciais de lucro; porém, isso foi compensado com o fato de o crescimento urbano-industrial ter permitido às atividades agropecuárias manterem seu padrão, baseado numa superexploração da força de trabalho.

Ainda mais, é somente a partir da constituição de uma força de trabalho urbana operária que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que, do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou sem nenhuma dúvida, reforço à acumulação (Ibid, p. 46).

Conforme o autor, as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho, principalmente nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não reinvertível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana.

Ainda segundo Oliveira (2011), a tese do setor atrasado que se impõe como obstáculo ao desenvolvimento do setor moderno não encontra sustentação histórica, pelo fato da economia brasileira ter experimentado uma taxa secular de crescimento desde o século XIX.

A partir dos anos de 1950, houve um grande avanço tecnológico no campo e um processo de maior integração entre atividades agropecuária, industrial e o setor de serviços. O Estado foi de suma importância no sentido de assegurar esse processo, com a

mecanização de grandes fazendas, financiamento subsidiado e outros mecanismos, que além de processos de expropriação e mobilidade do trabalho, intensificaram os conflitos e a luta pela terra. A mobilização que surgiu desse processo despertou inquietações no pacto da classe dominante, que se viu forçada a garantir o bloco hegemônico, lançando mão da ditadura empresarial-militar.

Eis as circunstâncias do Golpe Militar de 1964. Com ele, a questão agrária passou a adquirir novos contornos, pois a intervenção dos militares obedeceu a um princípio claro: o da concentração empresarial na atividade agrícola, por meio da liquidação do patrimônio devoluto em favor de grandes capitalistas (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 12-13).

A ditadura empresarial-militar consolidou as bases de uma modernização conservadora (tecnicamente modernizante e socialmente conservadora), com a manutenção da grande propriedade fundiária, o aprofundamento de relações técnicas entre agricultura e indústria e, de ambos, com o capital internacional (DELGADO, 2003).

Delgado (2003) analisa esse processo de modernização com a permanência da grande propriedade, como um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador (também chamado de modernização conservadora), que, simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais vinculadas à grande propriedade territorial.

Para Delgado (2003, p. 58):

Esse processo de modernização técnica e de integração com a indústria é caracterizado por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos, etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação, etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas, etc.). Estes blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado.

O agronegócio, na acepção brasileira do termo, segundo o autor, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. Isto é, o agronegócio é uma associação do

grande capital com a grande propriedade fundiária, sob a mediação do Estado, junto ao comércio internacional (DELGADO, 2003).

De acordo com Christiane Campos (2009), o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados aos processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do país em um lócus privilegiado de acumulação capitalista, produzindo e intensificando desigualdades socioespaciais.

O agronegócio envolve, conforme Campos (2009), uma ampla articulação de capitais, sob o controle de grupos econômicos multinacionais e cuja maximização de lucros é viabilizada, de um lado, por se inserir em um contexto de mundialização do capital, em que os capitais têm ampla liberdade de circulação, em que ocorre uma rápida difusão de informações, técnicas e tecnologias e, simultaneamente, uma intensa precarização do trabalho em todos os países capitalistas.

A aliança com o latifúndio revela que, no seu processo de territorialização, o agronegócio traz elementos novos – nos aspectos técnicos, nas articulações políticas, na articulação de capitais investidos nos negócios de base agropecuária, entre outros – mas também carrega as heranças da história e da espacialidade do modo capitalista de produção no território brasileiro. Entre essas heranças está o latifúndio (Ibid, p. 121).

O resultado de todo esse processo foi a consolidação de uma estrutura fundiária, cujas propriedades maiores de 1000 ha, que representam 1,474% dos imóveis rurais (81.331), de um total de 5.498.535, concentram 52,79% (319.609.244,32 ha) de uma área total de 605.387.746,06 ha. Enquanto isso, as propriedades até 100 ha representam 86,18% dos imóveis (4.738.742), ocupam 17,18% da área (104.020.700,41 ha). Ou seja, a maioria dos imóveis ocupa pouca terra, enquanto que a minoria, que é de grandes proprietários, ocupa muita terra (INCRA, 2012 *apud* ANDRADE; GOMES JUNIOR; SILVA, 2013).

Nos últimos dados disponibilizados pelos IBGE (2009), o índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários variou entre: 0,857, em 1985; 0,856, em 1996, e 0,872 em 2006. Já de acordo com o banco de dados da luta pela terra, do DATALUTA, que realizou uma periodicidade diferente do IBGE, o índice de Gini variou entre 0,838, em 1998, caiu para 0,816, em 2003, voltou para 0,838, em 2010, aumentou para 0,839, em 2011, diminuiu para 0,833, em 2012, e voltou a crescer para 0,860, em 2014 (DATALUTA,

2015). Podemos observar que houve uma variação e que o último dado, de 2014, foi o maior, desde 1998.

Há mudanças estruturais, em grande medida, produzidas pelo domínio do agronegócio sobre o campo brasileiro. Há uma enorme integração de capitais (de vários setores e origem, brasileira e internacional) com repercussões no campo brasileiro: aquisições, fusões e associações entre capitais (OLIVEIRA, 2010). Há uma tendência de concentração de terras, especialmente nas regiões de expansão do agronegócio, e concentração de recursos.

Segundo Campos (2011), um dos fatores que contribuiu para elevar o grau de utilização e, por conseguinte, o preço das terras é a instalação de grandes empresas de segmentos do agronegócio. Ela (a autora) menciona o caso do estado do Piauí, onde a instalação de uma fábrica de esmagamento de soja da empresa transnacional Bunge, entre 2002 e 2003, intensificou esse processo. Isso também ocorreu no Sul do Rio Grande do Sul, com empresas da área de celulose, como a Aracruz, Votorantim e Stora Enzo. Campos (2011) ainda menciona que um levantamento dos preços das terras, no Brasil, feito pela Agra Informa, no primeiro bimestre de 2008, constatou um aumento de 16% em relação a 2007, e explicou que isso aconteceu devido à grande procura por áreas para o cultivo de soja, demanda que era aquecida por grupos multinacionais.

Dessa forma, considera que esses dados ratificam a tese de que, à medida que o agronegócio se expande territorialmente, há uma tendência de aumento da especulação imobiliária e da concentração fundiária. E, em muitos casos, tudo isso acontece por meio da atuação do Estado.

No caso dos recursos, de acordo com Aragão (2018), o agronegócio se apropria da maior parte dos investimentos destinados ao financiamento das safras. Só no ciclo de 2013 e 2014, o Plano Safra do governo federal reserva R\$ 39 bilhões ao agronegócio, enquanto que, para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), também do governo federal, contou com R\$ 18,6 bilhões em 2013. “Embora o montante consolidado do Pronaf em 2013 tenha sido, segundo o Ministério, 717% superior ao de dez anos atrás, ainda é quatro vezes inferior aos recursos oferecidos ao crédito do agronegócio” (ARAGÃO, 2018).

No atual contexto de crise, os recursos destinados à agricultura camponesa e aos povos tradicionais estão sendo reduzidos. É o que mostra o balanço de 2017, feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com a CPT (2018), os recursos para esses setores foram reduzidos em 35%, além de um corte de mais de 56% nos recursos

destinados à segurança alimentar e nutricional esse ano (2018). Os recursos reservados para a obtenção de terras no Brasil, em 2017, foram reduzidos em mais de 60%, quando comparados aos recursos destinados no ano de 2015. Os recursos para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) também foram reduzidos pela metade do valor, se comparado aos recursos destinados no ano de 2016. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também sofreu cortes que chegam a inviabilizá-lo em vários estados. Em 2016, foram destinados ao Programa R\$ 439 milhões. Já em 2017, foram somente R\$ 150 milhões, o que representou uma redução de 66% em um único ano. Toda essa desigualdade na distribuição dos recursos, contribuem para tornar parte das pequenas propriedades improdutivas e para que o capital se aproprie das terras dos trabalhadores.

Segundo Stédile (2013), formou-se, no campo, uma classe dominante composta por aproximadamente 450 mil estabelecimentos ou empresários capitalistas, que controlam 300 milhões de hectares para a produção de commodities. Cerca de 2,2 milhões de trabalhadores assalariados no agronegócio - menos do que na década de 1980, que variava entre 6 e 10 milhões de trabalhadores, entre permanentes e temporários. Há 4,8 milhões de camponeses. Destes, 1 milhão seriam camponeses, que vivem de seu trabalho familiar, contratam esporadicamente trabalho assalariado e estão integrados no mercado, tem acesso as linhas de créditos do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Os outros 3,8 milhões são camponeses pobres, que produzem para sobreviver e comercializam o excedente. Se levarmos em consideração que, em 2013, a população brasileira era de 202,4 milhões de habitantes, veremos que, diferente da Rússia – naquele momento do início do século XX –, o Brasil é um país majoritariamente urbano.

UM DIÁLOGO COM AS ESTRATÉGIAS: DEMOCRÁTICO-NACIONAL, DO PCB, E DEMOCRÁTICO-POPULAR, DO PT

Mesmo com toda a importância das lutas que aconteceram no campo, antes do século XX, dos indígenas, dos negros e dos camponeses, além de elas serem pontuais e localizadas, havia uma tendência de submersão da dimensão política à dimensão religiosa. Isso vai sendo alterado, sobretudo, com o surgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), um organização que se articula internacionalmente, que tem um projeto de sociedade, uma estratégia de revolução, e que exerceu grande influência na luta de classes e, portanto, na luta pela terra no Brasil.

O PCB foi fundado em março de 1922, sob o impacto da revolução russa, de 1917, e a influência da III Internacional, a Internacional Comunista (IC), que, por sua vez, foi fundada em 1919. O partido surgiu como uma seção brasileira da IC.

A fundação do Partido insere-se, como lembra Milton Pinheiro (2012), numa formação territorial que advém de uma particularidade histórica, de caráter não clássico, de expansão das relações capitalistas de produção.

De acordo com Pinheiro (2012), apesar de uma relativa autonomia nos anos de formação, a história do PCB é marcada por uma submissão e uma fidelidade não crítica à IC e a União Soviética, que se prolongou até o fim desta última e das experiências de transição socialista no Leste europeu, quando da contrarrevolução no final da década de 1980 (PINHEIRO, 2012). Segundo a análise do autor, a partir do seu VI congresso, realizado em setembro de 1928, a IC passa a pautar o PCB, de tal modo que, os primeiros anos do partido, que haviam sido marcados pelo esforço em analisar a formação territorial brasileira, darão lugar - a partir do seu III congresso, realizado no final de 1928 e início de 1929, em Niterói-RJ - a uma forte submissão a IC, com a interrupção desse ciclo político.

A IC acabou por criar uma classificação dos países em coloniais, semicoloniais e dependentes e generalizou (ou transpôs mecanicamente) formulações de Lenin, como a que acabamos de analisar, acerca da estratégia de revolução na Rússia.

A IC, em seu IV congresso, em 1928, analisava que:

Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) possuindo um embrião de indústria, por vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente embora, na maioria dos casos, para a edificação independente do socialismo; países em que predominam as relações sociais da Idade Média feudal ou o «modo asiático de produção», tanto na vida económica como na sua superestrutura política; países, enfim, em que as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, os maiores latifúndios, as maiores plantações, etc., se encontram nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. Aqui têm uma importância primordial, por um lado, a luta contra o feudalismo, contra as formas pré-capitalistas de exploração e a conseqüente revolução agrária e, por outro lado, a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional. A passagem à ditadura do proletariado só é possível nestes países, regra geral, depois de uma série de etapas preparatórias, esgotado todo um período de transformação da revolução burguesa-democrática em revolução socialista, sendo que o sucesso da edificação socialista é, na maior parte dos casos, condicionado pelo apoio directo dos países de ditadura proletária (INTERNACIONAL COMUNISTA, 1928, p. 28-29).

Nos países coloniais, semicoloniais e dependentes, a IC considerava que, por conta da existência de resquícios feudais e a dependência ao imperialismo, o caráter da revolução, nesses países, era democrático-burguês, e a aliança de classe para realizar essa revolução seria entre o proletariado e os camponeses. Del Roio (2012) explica que era uma revolução democrática, no sentido de emancipação política, ou seja, de conquista das liberdades políticas; e revolução burguesa, no sentido do desenvolvimento das forças produtivas do capital/trabalho, da explicitação dessa contradição. É importante ressaltar que é também nesse sentido que se entende o significado de tarefas democráticas, como era, até então, sobretudo, nos processos de revolução burguesa clássica, o caso da solução da questão agrária. Eram tratadas como tarefas de um processo onde não estava colocado, diretamente, o peso da contradição capital/trabalho e, portanto, a construção do socialismo não figurava como um dever imediato. As tarefas, em síntese, tornavam-se “compatíveis” com o capitalismo.

Essa análise se apresenta também nas resoluções do III congresso do PCB, o qual elege como elementos fundamentais da formação territorial brasileira: “a) a dominação imperialista; b) a economia agrária; c) o problema da terra; d) a revolução democrático-burguesa” (PCB, 1929). O Partido considerava que: o Brasil era um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo; um país de economia predominantemente agrária, baseada na grande propriedade e na exploração de grandes massas camponesas; A burguesia nacional capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estavam no poder. Com essa avaliação, o PCB propunha a construção de um Bloco Operário e Camponês, para: “solução do problema agrário, confiscação da terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; c) libertação do jugo do capital estrangeiro” (PCB, 1929).

É importante ressaltar que, durante o período em que o partido manteve essa formulação (atualmente, o partido adota uma estratégia socialista), houve variações na via pela qual se buscou desenvolver essa estratégia, passando por formas insurrecionais, acúmulo pacífico de força, luta sindical, luta armada, resistência democrática e outras (PCB, 2009). Nessa perspectiva, foi, principalmente, a partir dos anos de 1940, que o PCB se envolveu diretamente e de forma bastante intensa nas lutas no campo, destacando-se a atuação nas Ligas Camponesas; em Porecatu, no ano de 1950, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná; e em Trombas e Formoso, no estado de Goiás, entre 1950 e 1957.

Segundo Anita Prestes (2013), as tendências dogmáticas, tanto na IC quanto no PCB, propiciaram a transposição mecânica das teses leninistas para uma realidade distinta, como era o caso da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular.

Em vez de adotar-se como ponto de partida o exame da situação presente nesses países, identificava-se no campo um suposto feudalismo, que, juntamente com o imperialismo, constituiriam entraves ao desenvolvimento do capitalismo. Enquanto na realidade o capitalismo encontrava novas formas de expandir-se, nas condições de subordinação aos grandes grupos internacionais e de manutenção de relações de produção não capitalistas na agricultura, os comunistas pretendiam realizar a revolução agrária e anti-imperialista – a forma que a etapa democrático-burguesa deveria assumir nos países definidos como semicoloniais (PRESTES, 2013, p. 3).

Já no contexto do final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, o PCB mantém a avaliação da existência de relações escravistas e feudais, que travavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da estratégia de revolução democrático-burguesa, entretanto preconizava, a partir daquele momento, que o proletariado deveria aliar-se aos setores progressistas da chamada burguesia nacional contra o latifúndio e o imperialismo, a fim de realizar uma etapa democrática, de acúmulo de forças, para, somente depois, realizar uma revolução socialista. Essa avaliação sobre a aliança com a chamada burguesia nacional, que contraria a formulação do Lenin, pode ser evidenciada, principalmente, na declaração de 22 de março de 1958, na qual o PCB considerava que modificações importantes e progressistas ocorreram, com um desenvolvimento capitalista nacional. “Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas.” (PCB, 1958).

O auge dessa formulação levou o PCB e a classe trabalhadora brasileira à derrota de 1964 e ao longo período da ditadura (IASI, 2007). No período de intensa mobilização social em torno das chamadas reformas de base (reforma agrária, reforma na educação, lei de remessas de lucro, entre outras), em 1964, durante o Governo João Goulart, a burguesia brasileira se aliou ao grande capital internacional para, com o auxílio das forças armadas, realizarem o golpe e garantirem os seus interesses, por meio de uma ditadura, que durou cerca de 20 anos, no Brasil. Esse golpe mostrou que, ao contrário das avaliações do partido, a burguesia preferia uma aliança com o capital monopolista internacional. Não tinha nenhum interesse em se aliar à classe trabalhadora em torno de outro projeto de sociedade. Vale ressaltar que sob a vigência do golpe, registrou-se o aumento da concentração de

terras, promovendo a concentração empresarial na atividade agrícola, por meio da liquidação de grande parte do patrimônio devoluto em favor de grandes capitalistas, e consolidando as bases da modernização conservadora.

Já no contexto do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), como lembra Fernandes (2016), “depois de quinze anos de forte repressão política da ditadura militar, os trabalhadores do campo e da cidade lutaram intensamente para reconstruir a democracia e reconquistar direitos”. O PT foi fundado em 10 de fevereiro de 1980. Nesse mesmo contexto, também surgiram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mesmo cada um passando por processos próprios de desenvolvimento, eles estão articulados à formulação da Estratégia democrático-popular, que hegemonizou a classe trabalhadora na luta de classes, nas últimas décadas.

Tal estratégia foi apresentada como alternativa à formulação do PCB. Ela ganhou contornos mais bem definidos, nas formulações do PT, a partir do seu V Encontro Nacional, realizado em Brasília, no ano de 1987. Na avaliação do PT (1987), não estão colocadas nem a luta pela tomada do poder (pelo fato de que as massas da população não estão convictas da necessidade de acabar com o domínio político da burguesia), nem a luta pelo socialismo (ou a construção do socialismo), por conta do desenvolvimento desigual e desequilibrado do capitalismo, sua incompletude, sua dependência. Na formulação desse partido, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil era desigual e desequilibrado regionalmente. Uma formação territorial dividida em duas: o Sul e Centro Sul do país, com uma formação moderna, avançada do ponto de vista capitalista, com o predomínio do capital monopolista (mas, mesmo essa região, ainda não havia sido finalizada a centralização), e o restante do país, considerado atrasado, com o predomínio de pequenas e médias empresas e, no campo, o latifúndio e os pequenos produtores. Nesse sentido, o caráter da estratégia apresentada pelo PT é democrático e popular, sob a justificativa da necessidade de acúmulo de forças, visando superar os mencionados entraves à construção futura do socialismo.

O PT apresentava que o acúmulo de forças nos movimentos sociais abriria a possibilidade de chegar ao governo para a realização de tarefas ou reformas (democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista), parte-se de uma avaliação de que existem tarefas inconclusas ou em atraso; portanto, não constitui uma luta de caráter anticapitalista, de tal modo que, não sendo possível uma estratégia e um programa de caráter socialista, é preciso uma mediação democrática, um longo e tortuoso

processo de acúmulo de forças, que condicionava a construção do socialismo à superação desses entraves.

Entretanto, Iasi (2007) explica que em face das derrotas da classe trabalhadora nos anos 90 do século XX – com a queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética e o avanço do neoliberalismo – a manutenção prolongada de movimentos reivindicatórios foi desenvolvendo uma tendência ao amoldamento à ordem capitalista, com o PT e outras organizações se constituindo em instituições burocráticas da sociedade civil burguesa. As derrotas eleitorais, na disputa pela presidência da república, em 1989 (para Fernando Collor de Melo), 1994 e 1998 (para Fernando Henrique Cardoso) agravaram essa inflexão, levando um setor do PT a defender a tese segundo a qual seria necessário ampliar as alianças, o que implicaria uma moderação programática, para que fosse possível ganhar as eleições. O PT transitou para um amoldamento aos limites da ordem do capital, defendendo um pacto social, que inclui a burguesia de qualquer porte (inclusive a monopolista), o agronegócio (ainda que, na formulação, os exclua) e os setores do capital financeiro.

Mas, de acordo com Iasi (2017), essas alianças com a burguesia monopolista, o abandono dos eixos centrais (antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista) do programa (ou a afirmação dos limites da ação imediata), que não pode ser confundido com a estratégia, além da restrição do horizonte a ação governamental na ordem burguesa, são expressões da adequação e deformação da Estratégia Democrático Popular às condições reais de exercício do poder governamental. Obviamente, essa forma assumida não é mera objetividade inescapável, havia outras possibilidades de objetivação da referida estratégia, formas mais radicalizadas, a exemplo da Venezuela e da Bolívia.

De acordo com o autor, o ponto-chave desse rebaixamento da radicalidade potencial da estratégia é a opção pela governabilidade pelo alto, com o projeto democrático na ordem burguesa. No entanto, essa opção se dá não como peça fora da estratégia, mas como um elemento plenamente coerente com o seu desenho geral. Tal postura daria estabilidade ao governo petista para que seguisse o acúmulo de forças para a hipotética futura retomada do programa antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista. Nesse sentido, principalmente a concepção de acúmulo de forças permanece e se fortalece. O que se esperava era que a burguesia não interrompesse o processo político, uma vez que seriam garantidas as condições para o bom funcionamento da economia de mercado e das condições para a acumulação capitalista.

Por treze anos, em nenhum momento a classe trabalhadora foi convocada a manifestar em seu terreno próprio de luta para defender uma demanda contra os limites da governabilidade pelo alto; ao contrário, além de tolhida em sua independência, os segmentos que buscavam resistir à cooptação fora duramente atacados pela intransigência e arrogância do governo. São muitos os exemplos, mas podemos destacar a persistência da luta pela terra que se chocou com a inquebrantável postura do governo em defesa do agronegócio, contra a reforma agrária e uma política agrícola popular (IASI, 2017, p. 430).

O PT teve uma grande serventia para as classes dominantes, quando esteve à frente da presidência da república por 13 anos (de 2003 a 2016), até o momento em que conseguiu garantir a sua lucratividade, apassivando a classe trabalhadora. Todavia, o aprofundamento da crise econômica impulsionou uma crise política. O governo intensificou os ataques à classe trabalhadora, para atender as demandas do capital. Os trabalhadores insatisfeitos retomaram as mobilizações, e o PT foi perdendo a capacidade de controlar a classe. Parte dos setores burgueses, que antes o apoiava, foi se deslocando para a oposição [como setores da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), da ABG (Associação Brasileira do Agronegócio), partidos que faziam parte da base aliada (PSB, PP, PMDB e outros)], juntamente com organizações de extrema direita, que impulsionaram mobilizações dos setores médios, para impor um reordenamento político-econômico. Essa movimentação, de acordo com Arcary (2018), contou com o apoio de setores da classe dominante internacional, que, condicionou investimentos no Brasil à redução da carga fiscal do Estado, maior proporção da dívida pública, diminuição do salário médio. Esses aspectos influenciaram na manobra do impeachment (ou golpe institucional), em 2016, que levou o então vice-presidente, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje, MDB, a assumir a presidência da república, a partir da destituição de Dilma Rousseff, do PT, que havia sido eleita para o cargo no período de 2015 a 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão de relações capitalistas de produção no Brasil não provocou embate entre classes sociais capaz de promover alterações na estrutura fundiária e, encerrar a concentração de terras, como ocorreu na Inglaterra, nos EUA e na Rússia. Nesse sentido, ocorreu, no Brasil, algo semelhante ao que aconteceu na Alemanha, onde a antiga classe dominante transitou para o novo regime e a grande propriedade fundiária foi preservada.

No entanto, apesar desse processo, nas formulações da esquerda – que, em diferentes momentos, hegemonizaram a classe trabalhadora –, a questão agrária foi tratada como algo em atraso, um entrave, um obstáculo para a acumulação do capital no país. Dois grandes projetos – a estratégia democrático-nacional ou democrático-burguesa, cuja principal expressão política foi o PCB, e a estratégia democrático-popular, protagonizada pelo PT e em curso até a presente data – partiram dessa avaliação. Ela foi um dos principais argumentos para não se apontar uma estratégia de caráter socialista.

O PCB – cuja formulação sofreu a intervenção da III Internacional (ou Internacional Comunista) e a generalização das análises de Lenin sobre a Rússia – considerava que a economia agrária, com a predominância do latifúndio e de relações feudais, obstaculizava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e apresentava uma concepção de revolução por etapas, uma estratégia de caráter democrático-burguesa para, em primeiro lugar, desenvolver o capitalismo, realizar as tarefas democráticas (como a reforma agrária), galvanizar as forças produtivas e, somente em seguida, realizar a revolução socialista. A partir do final da década de 1950, principalmente, na sua declaração de 22 de março de 1958, o PCB vai apontar que o proletariado deveria aliar-se a setores progressistas da chamada burguesia nacional contra o latifúndio e o imperialismo. O golpe empresarial-militar de 1964 mostrou que essa avaliação estava equivocada. Não apenas não houve feudalismo no Brasil, como ficou evidente que, assim como na Rússia da aurora do século XX, diante da mobilização da classe trabalhadora pela solução da questão agrária, a burguesia se posicionava de forma contrarrevolucionária.

Já o PT, que surgiu no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, difundia uma estratégia democrático-popular como alternativa à formulação do PCB. Todavia, apareceu com uma leitura de que a formação territorial brasileira deitava raízes num capitalismo incompleto, por conta de setores atrasados nas cidades, com o predomínio de pequenas e médias empresas e, no campo, com o latifúndio e os pequenos produtores. Nesse sentido, o caráter da estratégia era democrático e popular, pela necessidade de acumular forças, superar esses entraves e avançar na consciência da importância do socialismo. Nesse aspecto, a diferença entre as leituras do PT e do PCB baseia-se, apenas, no fato de que, ao contrário deste último, o PT não falava em feudalismo e rejeitava, no início, aliança com a chamada burguesia nacional. Todavia, ambos não apontam diretamente para uma estratégia socialista, pois consideravam que era preciso uma mediação democrática.

A compreensão da questão agrária como tarefa democrática, nos processos de revolução burguesa clássica e mesmo no processo da revolução russa, caracterizava-se por se chocar com classes da ordem feudal; onde não estava colocada diretamente a contradição capital/trabalho e, portanto, não contava com o peso do proletariado e não se colocava diretamente a questão do socialismo.

Como assinalado, Trotsky (2007), mesmo no contexto da revolução russa, colocava que, apenas a ditadura do proletariado, apoiada nos camponeses, poderia realizar as tarefas democráticas que a burguesia não era capaz de realizar, sobretudo, porque era débil e contrarrevolucionária. Teria que combinar a realização dessas tarefas democráticas (como a solução da questão agrária) com medidas socialistas, no caminho da internacionalização da revolução.

Diferente da Rússia, não houve, no Brasil, um modo de produção feudal - conforme apontava Caio Prado Júnior (1998), criticando a posição majoritária no PCB. Para ele, a grande propriedade fundiária, não derivava de relações de produção de caráter feudal, mas estava ligada ao caráter mercantil da colonização.

A concentração de terras, no Brasil, não constitui um entrave, um obstáculo ao processo de acumulação do capital, mas fez parte da forma como o capitalismo se expandiu no país, foi funcional ao processo de acumulação de capitais. A luta pela terra, travada pelos movimentos sociais, não se choca com o latifúndio feudal ou pré-capitalista, mas, choca-se justamente com a ordem capitalista em curso, choca-se com o monopólio capitalista sobre a terra e o seu comitê executivo: o Estado burguês. Há uma articulação de capitais no campo, com a consolidação da aliança entre o capital monopolista e a grande propriedade fundiária, conhecida como agronegócio. O capital explora a força de trabalho por meio da subsunção real e formal, territorializando-se e monopolizando o território.

Nesse sentido, a questão agrária não constitui uma tarefa democrática em atraso, que precisa ser realizada como uma etapa ou pré-condição para uma revolução socialista, ela constitui uma combinação de tarefa democrática e socialista (pois há também a contradição capital x trabalho, com a formação de um proletariado no campo), cuja solução, ao chocar-se com o capitalismo, passa pela sua superação deste.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Erica Ramos; GOMES JUNIOR, Newton Narciso; SILVA, Raimundo Pires. **A balança comercial do agronegócio brasileiro e a questão fundiária**. Postcolonialist, 2013.

Disponível em: <<http://postcolonialist.com/global-perspectives/a-balanca-comercial-do-agronegocio-brasileiro-e-a-questao-fundiaria/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

ARAGÃO, Wagner de Alcântara. **Desigualdade no Campo**. Disponível em: <<https://medium.com/@brasilobserver/desigualdade-no-campo-c579a652eccca>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

ARCARY, Valerio. **Dois anos depois: dez argumentos para compreender o golpe jurídico-parlamentar**. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/05/15/dois-anos-depois-dez-argumentos-para-compreender-o-golpe-juridico-parlamentar/>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares Campos. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Balço da questão agrária brasileira em 2017**. Disponível em: <<https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/4707-balanco-da-questao-agraria-brasileira-em-2017>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Relatório Brasil 2014. São Paulo: DATALUTA, 2015, 69p.

DELGADO, Guilherme. **A questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. Geomundo, 2003. Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/Guilherme-C-Delgado-A-Questao-Agraria-no-Brasil.PDF>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

DEL ROIO, Marcos. O PCB e a estratégia da revolução brasileira. **Novos temas**, São Paulo, n° 7, p. 217-235, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma Agrária no governo Lula: A Esperança**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

GEBRIM, Ricardo. Apresentação. In: HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 7-9.

IASI, Mauro Luis. O fim do ciclo petista e o esgotamento da estratégia democrático popular. In: **Política, Estado e ideologia**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, 2017, p.421-437.

_____. **O PT e a revolução burguesa no Brasil**. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=596:o-pt-e-arevolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 27 mar. 2014.

_____. **Conjuntura e luta política no médio e longo prazo no Brasil.** O Diário, 2007. Disponível em: <<http://www.odiario.info/?p=306>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009, 777p.

INTERNACIONAL COMUNISTA. **Programa da Internacional Comunista:** adotado pelo VI Congresso Mundial. Moscovo, 1 de setembro de 1928. Disponível em: <<http://www.histsocialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

LENIN, V. I. **Quienes son los amigos del pueblo y como luchan contra los socialdemocratas?** (1894). Disponível em: <http://www.autistici.org/poderobrero/wp-content/uploads/2016/06/QUINES_AMIGOS_DEL_PUEBLO.pdf> Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/09.htm>>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. **Sobre a dualidade de poderes.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/09.htm>>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. **As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução (Projecto de Plataforma do Partido Proletário).** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/09.htm>>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. Tarefas da juventude na construção do socialismo. In: **As tarefas revolucionárias da juventude.** São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 7-28.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LOPES, Iole Ilíada. Estado, Território e pensamento geográfico: discutindo a atualidade de uma interpretação política do espaço. In: BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de (Orgs). **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2010, p. 205-217.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política:** O Processo de Produção do Capital. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Livro 1, vol. 2.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil:** capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. In: **Revista Agrária**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista - o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PCB – Partido Comunista Brasileiro. **Resoluções do III Congresso do PCB - 1929**. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=127:resolucoes-do3o-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Declaração sobre a política do pcb (março de 1958)**. Disponível em: <https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. **Resoluções do XIV Congresso Nacional**. 2009. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/340>> Acesso em: 11 jan. 2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINHEIRO, Milton. O PCB no movimento da história: das contradições dos anos de formação às lutas contra o Estado Novo. In: **Revista Novos temas**, São Paulo, n° 7, p. 181-216, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRESTES, Anita. **Memória do PCB: Duas táticas e uma mesma estratégia – do “manifesto de agosto de 1950” à “declaração de março de 1958”**. Disponível em: <http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-adeclaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140>. Acesso em: 20 set. 2013.

PT – Partido dos Trabalhadores. **V Encontro Nacional**. 1987. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5901>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 95-110.

_____. Tendências do capital na agricultura. In: _____. **A questão agrária no Brasil 7: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 19-38.

TROTSKY, Leon. **O que foi a Revolução de Outubro**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1932/11/27.htm>>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermman, 2007.

Submetido em: fevereiro de 2018

Aceito em: abril de 2018